

INTRODUÇÃO

Em várias sociedades escravistas modernas surgiram comunidades de fugitivos. Os cativos escapavam do jugo de senhores e formavam comunidades nas brenhas das florestas, afastadas ou distantes das unidades produtivas, nos subúrbios das áreas urbanas ainda improvisadas e mesmo em regiões de fronteiras internacionais.

Nas Américas, as comunidades de escravos fugitivos – algumas provisórias e outras tantas transformadas em microssociedades com organizações socioculturais e econômicas singulares e duradouras – receberam várias denominações. Na Colômbia e Venezuela, eram respectivamente *palenques* e *cumbes*. No Caribe inglês e nos Estados Unidos, foram denominadas *maroons societies*. Em Cuba e parte da América espanhola, acabaram conhecidas por *cimarrones*. E no Caribe francês, o referido fenômeno recebeu o nome de *maronage*. Apareceriam em todas as partes ao mesmo tempo, do norte ao sul das Américas: no México, sul dos Estados Unidos e Uruguai. Foram dezenas na Jamaica, São Domingos, Cuba, Colômbia, Porto Rico, Panamá, Suriname, Honduras, Equador, Guianas, Peru, Venezuela etc.

No Brasil, havia muitos desses agrupamentos. Exatamente: considerando a extensão territorial e o impacto do tráfico africano transatlântico (o Brasil receberia em torno de 40% do total de cerca de 10 a 15 milhões de negros que vieram à América), existiram

milhares de comunidades que atravessaram entre os séculos XVI e XXI, aliás uma característica importante da sociedade escravista no Brasil foi não apenas a quantidade, mas também a densidade de mocambos e quilombos.

Aqui, no período colonial e no pós-colonial, muitas destas comunidades chegaram a reunir milhares de habitantes, ainda que a maior parte contasse com dezenas ou centenas de fugitivos. A maior e mais conhecida comunidade de toda a América surgiu no final do século XVI e permaneceu até o século XVIII, a representar uma esperança aos cativos e uma ameaça a autoridades e senhores. O grande mocambo de Palmares não estava, no entanto, concentrado em um único lugar. Ao contrário, reuniu várias comunidades interdependentes e articuladas no nordeste açucareiro de Pernambuco e Alagoas. Neste livro, pretendo mostrar como Palmares nasceu, cresceu, ganhou força e, finalmente, foi destruído. Para isso, apresento documentos de época e também diálogo com autores que ajudaram a construir a história desse quilombo.

Antes, porém, é importante conhecer a origem das palavras *mocambos* e *quilombos*, como ficaram conhecidas as comunidades de fugitivos no Brasil. A palavra *mocambo* significava acampamento militar e também moradias para a maioria dos falantes das línguas bantu da África Central e Centro-ocidental. No século XVII, a palavra *quilombo* referia-se a um ritual de iniciação de uma sociedade militar dos guerreiros dos povos imbangalas (chamados também jagas). Tais povos, falantes do quimbundu, realizaram uma expansão pelo interior angolano em territórios dos povos umbundus. E como prática sociopolítica, os imbangalas incorporavam os habitantes das regiões conquistadas por meio de um ritual denominado quilombo. A mesma palavra significava, para algumas sociedades africanas, uma espécie de estaca em formato de forquilha utilizada para construir moradias em acampamentos provisórios. Mesmo se observarmos que na África as palavras quilombos e mocambos tinham diversos significados e no Brasil estes termos aparecem sempre associados à formação de comunidades de fugitivos, podemos ressaltar a ligação entre os significados nos dois lados do Atlântico.

Não denominaremos Palmares de quilombo, porque na documentação relativa a essa comunidade ela é sempre referida como

mocambo, como bem destacou o historiador Stuart Schwartz de forma pioneira. De fato, quase nunca a palavra quilombo – e muito menos quilombolas – aparece no século XVII. Só em 1687, no registro das “Condições ajustadas com o governador dos paulistas Domingos Jorge Velho para conquistar e destruir os negros de Palmares”, fala-se de “alguns mocambos ou quilombos nestes sertões”. Ou então em uma consulta ao Conselho Ultramarino de 1692, vê-se “os mais mocambos e quilombos que ocupam no Sertão”. Ou seja, não consta a denominação *quilombo* até essas datas, mas sim *mocambo*. Somente no final do século XVII, em raras vezes, se encontra a palavra quilombo como sinônimo de mocambo. Schwartz também já chamou a atenção para o fato de que o termo *mocambo* aparece com mais frequência na documentação relativa aos fugitivos da Bahia, nos séculos XVII e XVIII; e o termo *quilombo* para Minas Gerais no século XVIII. Assim, *mocambos* – ao que parece – é a denominação mais antiga registrada já no final do século XVI, ao passo que *quilombo* vira sinônimo e passa a ser padrão nos séculos XVIII e XIX.

Devemos lembrar que os quilombos não representaram a única ou exclusiva forma de protesto ou resistência. Os mundos do trabalho em torno da escravidão (com opressão, violência, paternalismo, políticas de incentivo e outras formas de dominação) exigiram de senhores e escravos muitas políticas e estratégias. Controle sobre o ritmo do trabalho, organizações familiares, fugas temporárias, insurreições, ideologia da alforria e cooperação em termos étnicos e culturais foram algumas delas. Transformar as histórias dos quilombos nas Américas tão-somente em capítulos da resistência escrava é retirar-lhes não apenas a historicidade e o legado, mas também a possibilidade de entender o funcionamento das sociedades nas quais se estabeleceram, assim como formas de domínio, percepções políticas, agenciamentos, negociação, violência e vida cotidiana existentes.

Um olhar plural é essencial até para entender um importante aspecto que se verifica atualmente em diversas regiões americanas: a formação de povoados remanescentes de quilombos, mocambos, *cumbes*, *maroons*, *palenques* e *cimarrones*. Algumas dessas comunidades atravessaram tempos coloniais e se transfor-

maram nos mundos pós-coloniais. E depois, pós-escravistas. Em vários lugares, muitos destes povoados de fugitivos constituíram a base na construção de uma face do campesinato negro que luta, hoje, pela terra e direitos de cidadania. Muitas com longevidade e raiz cultural centenária, como aquelas nas florestas do Suriname, na Colômbia ou na Jamaica, entre outras. Enfim, em tempos atuais existem semelhanças de experiências, agentes, estratégias, origens e formas de organização.

Ainda há muito a ser pesquisado. Pouco conhecemos, por exemplo, sobre a auto-representação dos habitantes de milhares de mocambos no Brasil. E o que começamos agora a estudar é como quilombos foram inventados e se inventaram em termos étnicos, culturais, familiares, econômicos e sociais.